



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(14º Regimento de Infantaria/1935)  
REGIMENTO ARARIGBÓIA

Requisição Nº 333-Fisc Adm/EM/Cmdo 3º BIS

Barcelos, AM, 30 de outubro de 2025.

**Assunto:** Requisição - Juros e Multas - 15622879000180 - ÁGUA NORTE - TRATAMENTO DE ÁGUA E SOLUÇÕES

1. Nos termos do contido na Lei 14.133, solicito providências deste Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a respectiva aquisição, a fim de atender o pagamento de Juros e Multas.  
2. Objetivo é o pagamento de juros e multas conforme tabela abaixo:

| 15622879000180 - ÁGUA NORTE - TRATAMENTO DE ÁGUA E SOLUÇÕES |                                                                                                                                                                                               |                         |            |                |              |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------|----------------|--------------|
| EMPENHO ORDINÁRIO                                           |                                                                                                                                                                                               |                         |            |                |              |
| Item                                                        | Descrição                                                                                                                                                                                     | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Global |
| 1                                                           | Serviço de Higienização e Desinfecção de Resevatórios Fornecimentos de Filtros Completos Dosadoras em Linha e Assessoria Técnica e Ambiental por dispensa de Licitação 90024 2023 UASG 160137 | Unidade                 | 1          | R\$ 1.940,40   | R\$ 1.940,40 |
| TOTAL DO FORNECEDOR:                                        |                                                                                                                                                                                               |                         |            |                | R\$1.940,40  |

3. Para fins do Inciso IV do Art. 72 da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações,serão empregados recursos da seguinte estrutura orçamentária.

| NC Nº        | DATA       | FONTE       | PTRES  | ESF | GESTÃO | PI          | UGR    | VALOR        |
|--------------|------------|-------------|--------|-----|--------|-------------|--------|--------------|
| 2025NC020020 | 30/10/2025 | 10000000000 | 171460 | 1   | 00001  | I3DAFUNPETA | 160073 | R\$ 1.940,40 |

**DESPACHO DO FISCAL**

Encaminha-se ao Ordenador de Despesas para a aprovação e início do respectivo processo administrativo:

- ( ) Licitação  
( ) Pregão Tipo SRP  
( ) Utilização de SRP da UASG indicada  
( X ) Dispensa de Licitação (Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133)

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

Da análise do parecer do Fiscal Adm, determino o seguinte:

- ( ) Seja providenciada a licitação/pregão SRP;  
( ) Autorizo o empenho em SEP próprio;  
( ) Autorizo a utilização de SRP de outra UASG;  
( X ) Autorizo a Dispensa de Licitação;  
( ) Não autorizo a aquisição/contratação.

Assinaturas

**FELIPE** [REDACTED] - 3º Sgt  
Auxiliar da Fiscalização Administrativa

**JOSEF** [REDACTED] - Cap  
Fiscal Administrativo

**ROGER** [REDACTED] - TC  
Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



Documento assinado eletronicamente, por meio de assinatura simples, pelo(a) TC  
**ROGER** [REDACTED], em 30/10/2025, às 15:14 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Documento assinado eletronicamente, por meio de assinatura simples, pelo(a) Cap



██████████ **PAGGI**, em 30/10/2025, às 15:17 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

---

**Código de verificação: VxYI-rcmd-eU3r-j1dK**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(14º Regimento de Infantaria/ 1935)  
REGIMENTO ARARIGBOIA

DlEx nº 2220-SALC/Fisc Adm/EM  
EB: 65296.007154/2023-02

Barcelos, AM, 06 de dezembro de 2023.

Do Oficial de Controle Ambiental do 3º BIS

Ao Sr Fiscal Administrativo

**Assunto:** Dispensa de licitação para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS

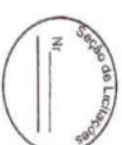
**Anexos:** Documento de Formalização da Demanda;

Relatório de pesquisa de preços;  
Estudo Técnico Preliminar;  
Mapa de Riscos; e  
Termo de Referência;  
Mapa Comparativo.

1. Nos termos do contido na Lei 14.133 e do Art. 13 da IG 12-02, solicito providências no sentido de aprovar a abertura do processo administrativo, a fim de atender a futura necessidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva.
2. Objetivo é a contratação de empresa especializada para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS. Faz-se necessária a abertura de Dispensa de Licitação, na forma do Art. 75, da Lei nº 14.133/21.

| Nº<br>Ordem | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DIVERSOS | CatSer. | Und. Med. | Qtd Máx. |
|-------------|-------------------------------------|---------|-----------|----------|
|-------------|-------------------------------------|---------|-----------|----------|





|   |                                                                                                                                                 |       |     |   |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|---|
| 1 | Serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental | 24899 | Und | 1 |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|---|

**CARLOS** [Redacted] - 2º Ten  
Oficial de Controle Ambiental do 3º BIS

Despacho do Fiscal Administrativo:

1. Concorde com o constante da presente requisição.
2. Encaminha-se ao Ordenador de Despesas para aprovação a abertura de processo licitatório.

Barcelos/AM, 06 de dezembro de 2023

**LEONARDO**  
Fiscal Administrativo



Barcelos/AM



DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Autorizo o início dos procedimentos para a dispensa de serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS, solicitados através do DLEX nº 2220-SALC/Fisc Adm/EM, de 06 de dezembro de 2023;
2. O encarregado da seção de aquisições, licitações e contratos adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;



3. Publique-se.

Barcelos/AM, 06 de dezembro de 2023

**RODRIGO**  **TEN CEL**

Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva

# Estudo Técnico Preliminar 29/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 65296.007154/2023-02

## 2. Descrição da necessidade

O 3º Batalhão de Infantaria de Selva é uma Organização Militar do Comando do Exército, sediado na cidade de Barcelos – AM, que possui por missão institucional contribuir para a defesa da Pátria, garantir a lei e a ordem, participar de ações subsidiárias, mantendo-se permanentemente preparado para o emprego militar imediato em benefício do interesse regional e nacional, e conduzir o adestramento da tropa para obtenção do nível de operacionalidade a fim de integrar a Força de Emprego Geral, em caso de emprego na defesa externa e defesa territorial, ficando em condições de participar em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) na subárea de segurança integrada do estado do Amazonas, no mais curto prazo possível. Além disso, possui como uma de suas atribuições a incumbência de ser empregado nas mesmas condições nas demais áreas do Comando Militar da Amazônia, empregando os recursos disponibilizados pela União, de maneira judiciosa e no estrito cumprimento da lei, buscando assim conservar o patrimônio imobiliário da União, e cumprindo as normas ambientais, definidas por ato do Comandante do Exército.

Desta forma, é imprescindível a realização de diversos certames licitatórios para fins de aquisição dos mais variados tipos de materiais, bem como da contratação de serviços para o alcance dos objetivos da Organização Militar e dos demais órgãos que integram a 12ª Brigada de Infantaria de Selva. O presente processo licitatório tem como objetivo contratar empresa especializada para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BLS, visando obter a outorga do direito de uso de recursos hídricos no órgão ambiental. Os serviços têm por objetivo atender todos os procedimentos padrões solicitados pelo órgão ambiental para adequada utilização dos 4 poços existentes, conforme legislação vigente.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante                  | Responsável              |
|------------------------------------|--------------------------|
| 3º Batalhão de Infantaria de Selva | Carlo <div></div> 2º Ten |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

## Responsabilidade da Contratada:

1. Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços executados, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA/PA);
2. Emissão de Certificado de Saneamento;
3. Emissão de Relatórios Técnico Operacionais referentes as higienizações e limpeza dos poços;
4. Fornecimento de Técnicos Operacionais treinados e qualificados para execução de serviços em espaço confinado (NR 33), em altura (NR 35) e sistemas elétricos (NR 10);
5. Os serviços que serão executados estão descritos abaixo:

1) Higienização e desinfecção de reservatórios de água, que contemplará as seguintes ações: Limpeza e higienização dos reservatórios de água, por hidrojetamento ou escovação; Inspeção visual com registro fotográfico do interior dos reservatórios, para a constatação de possíveis desgastes ou infiltrações; Aplicação de solução desinfetante a base de hipoclorito de sódio nos reservatórios; Expedição de "ATESTADO DE SANEAMENTO", com validade de 06 (seis) meses, nos termos da Vigilância Sanitária, assinado por responsável técnico (Engenheiro Sanitarista ou Químico).

## Locais para execução dos serviços:

- Paiol: 01 (uma) cisterna de 49.000 Litros e 01 (um) castelo de 62.000 Litros;
- Batalhão: 01 (uma) cisterna de 242.000 Litros e 01 (um) castelo de 72.000 Litros;
- Vila Militar: 03 (três) caixas de 10.000 Litros;
- Vila Militar - Oficiais: 01 (um) castelo de 72.000L e 01 (uma) cisterna de 242.000L.
- Vila Militar - Sub SGT: 01 (um) castelo de 72.000L e 01 (uma) cisterna de 242.000L.
- 2) Fornecimento de 05 (cinco) filtros completos de Carvão Ativado, contemplando: 05 (cinco) cartucho de Carvão Ativado e 05 (cinco) suporte, ambos os itens no tamanho 10/2".

OBS: Instalação nos bebedouros industriais.

3) Fornecimento e instalação de 04 (quatro) Dosadoras em Linha para dosagem de produto sanitizante para o tratamento bacteriológico da água.

OBS: Instalação na saída dos poços.

## 4) serviço de Assessoria Técnica Ambiental contemplará as seguintes ações:

- Assessoria Técnica Ambiental, para o serviço de: Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de 04 (quatro) poços. Outorga: A Outorga é um dos instrumentos da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos por meio do qual o Poder Público autoriza o usuário, sob condições estabelecidas, a utilizar ou realizar interferências hidráulicas nos recursos hídricos necessários à sua atividade, garantindo o direito de acesso a esses recursos, dado que a água é um bem de domínio público.

## Aspectos Legais

A Outorga está disciplinada na Lei Federal no 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Ou seja, é um instrumento com amplo amparo legal e que dá ao outorgado plenas garantias de direito de acesso e de uso de recursos hídricos.

## Importante Saber:

- O outorgado poderá: Alterar a sua outorga, mediante solicitação; desistir de sua outorga, mediante comunicação.
- Sobre a vigência das outorgas: Outorga Preventiva: até 3 (três) anos; Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: até 35 (trinta e cinco) anos;
- A critério da SEMA/IPAAM, poderá ser solicitado do outorgado a implantação e a manutenção de equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e lançada.
- É proibido o lançamento de efluentes e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, em águas subterrâneas.

## 1. Outorga de Uso de Recursos Hídricos.

Para a realização dos serviços, as seguintes competências devem ser exercidas:

## Responsabilidade da Contratante:

Fornecer todos os documentos necessários para a solicitação de Outorga de água subterrânea.

- CNPJ da empresa;
- Documentos do Representante Legal – CI e CPF;
- Endereço completo do responsável com: CEP, telefone, e-mail;
- Dados referentes ao poço, como: Diâmetro, tipo de material, profundidade, quantidade e localização dos filtros – se tiver;
- Dado do sistema de bombeamento: Tipo de bomba, modelo, potência e profundidade de instalação;
- Descritivo das atividades e dos processos com a quantificação do volume de água consumido;
- Cópia da Licença Ambiental, protocolo de solicitação ou de renovação;
- Procuração;
- Pagamento de taxas ambientais dos órgãos fiscalizadores – comprovante de acompanhamento do processo.

## Responsabilidade da Contratada:

Serão de nossa responsabilidade as seguintes ações.

- Preenchimento dos Requerimentos de Outorga - modelo IPAAM;
- Preenchimento dos Formulários de Outorga - modelo IPAAM;
- Relatórios técnicos de Outorgas - modelo IPAAM;

- Fotos da área e dos poços;
- Coordenadas geográficas do poço;
- Publicação da Outorga de uso de recurso hídrico no diário do Amazonas;
- Elaboração dos Relatórios de avaliação do teste de vazão;
- Análises físico-químicas e bacteriológicas da água dos 04 (quatro) poços - de acordo com os parâmetros estabelecidos no § 2º do Art. 23 da Resolução nº 01/2016 do CERH: bicarbonato, cálcio, carbonatos, cloro, condutividade elétrica, dureza total, ferro total, flúoreto, fosfatos, magnésio, nitratos expresso em N, nitritos expresso em N, pH, potássio, sódio, sólidos totais dissolvidos, sulfatos, turbidez e temperatura.
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Protocolização e acompanhamento junto aos órgãos ambientais competentes\*;
- Laudo técnico da Perfuração ótica Geofísica de Poço (mícro filmagem do poço) e Elaboração de Perfil Construtivo;
- Teste de vazão com a determinação dos níveis estático e dinâmicos: Um teste de bombeamento é uma das condições comerciais operação que consiste no bombeamento de um poço durante um intervalo de tempo satisfatório para o registro da evolução do rebaixamento em função do tempo. As variáveis envolvidas no bombeamento de um poço e que devem ser monitoradas são as seguintes:

\* Vazão de Bombeamento (Q) o Rebaixamento do Nível da Água dentro do Poço (s)

A vazão de bombeamento é o volume de água por unidade de tempo extraído do poço por um equipamento de bombeamento;

Rebaixamento do nível da água dentro do poço é a distância entre o nível estático (NE) e a profundidade em que o nível de água se estabilize no poço durante o bombeamento;

Nível estático (NE) é a distância da superfície do terreno ao nível da água dentro do poço antes de iniciar o bombeamento;

Nível dinâmico (ND) é a média das medidas de profundidade obtidas durante o teste de bombeamento;

A variável Tempo é o tempo decorrido a partir do início do bombeamento;

- Limpeza química e mecânica de 04 (quatro) poços tubulares, contemplando: remoção das tubulações e da bomba submersa, adição de produto químico alcalinizante e fosfatizante; recirculação do produto químico e drenagem até que a água apresente aspecto límpido, com o uso de compressor de ar; adição de produto químico sanitizante e recirculação e drenagem até que água apresente aspecto límpido com a ausência de odor/sabor, com o uso de compressor de ar; e descida da bomba e tubulações; caso haja necessidade haverá a drenagem com a bomba do poço ao final do processo, até a água apresentar aspecto límpido e ausência de odor/sabor. Serviço este em conformidade a DECISÃO NORMATIVA No 059, DE 09 MAIO 1997 - CONFEA, com de expedição de CERTIFICADO DE GARANTIA DE HIGIENIZAÇÃO (Atestado de Saneamento), com validade máxima de 12 (doze) meses; Emissão de ART (Anotação Responsabilidade Técnica) assinada por geólogo. Atendendo a portaria número 374 de 1º de outubro de 2009 do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPm), onde institui que para manutenção de poços tubulares deve-se seguir o padrão do Manual de Operações e Manutenção de Poços DAEF, Capítulo IV, 3º Edição/ Dezembro de 2007/SP, esse manual estabelece que o prazo ideal para manutenção de limpeza do poço e revisão de quadro elétrico, bomba e fiação elétrica é de 12 meses, e em conformidade aos aspectos legais da Lei Federal no. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. As medições de profundidade serão feitas com um medidor de nível elétrico com um sensor que detecta o nível de água dentro do poço. Os resultados dos testes serão apresentados em um Relatório, após a conclusão dos serviços.

\*Não está incluso o pagamento das taxas exigidas pelos órgãos ambientais e estudos e/ou pedidos excedentes do que contempla essa proposta.

\*A entrada da documentação inicialmente levantada, não terá assertividade quanto à emissão de instrumento de Outorga, visto tratar-se de discricionariedade do Órgão Competente para avaliação e fiscalização das determinantes indicadas por ele.

## 5. Levantamento de Mercado

Esta equipe de planejamento não encontrou outras tendências, inovações ou metodologias que poderiam alterar o tipo de solução a contratar, justamente por ser uma contratação comum para uma demanda básica. Dessa forma, para o atendimento da presente demanda, somente visualizou-se uma opção disponível no mercado, que é a contratação de empresa especializada para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

Não foi possível utilizar outras contratações no âmbito da Administração Pública, haja vista a especificidade do objeto a ser contratado, havendo apenas uma empresa no mercado que forneça esse tipo de serviço.

6. Descrição da solução como um todo

A solução encontrada visa atender com celeridade a necessidade da Administração, concernente ao objetivo descrito no caput do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, através de processo licitatório de dispensa de licitação. A descrição da solução como um todo, abrange a licitação a fim de contratar empresa especializada para contratação de serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada dos serviços a serem contratados baseou-se em um estudo realizado pelo Pelotão de Obras do 3º BIS tomando como base os poços e reservatórios de água existentes e seu atual estado de conservação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 71.910,00

| Nº<br>Ord | DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS DIVERSOS                                                                                                                          | Und.<br>Med. | Qtd<br>Máx. | Valor<br>Global<br>estimado |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|-----------------------------|
| 01        | Serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS | Sv           | 1           | R\$ 71.910,00               |

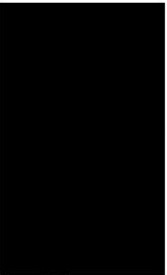
Não foi possível utilizar outras contratações no âmbito da Administração Pública, haja vista a especificidade do objeto a ser contratado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não será feito o parcelamento da solução devido à indivisibilidade do objeto, pois o mesmo acarretaria prejuízo para o conjunto da solução. Tratando-se de uma dispensa de licitação, dividir o item seria uma escolha técnica e economicamente inviável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existe contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.



## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

As despesas referentes ao referido processo estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

A contratação não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal; e

A despesa contratual relativa ao atual exercício está adequada à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) por meio de crédito orçamentário contemplado pelo Programa de Trabalho 0512221082000001 e Ação 2000.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a contratação ora pretendida busca-se garantir a higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimento de filtros completos, dosadoras em linha e Assessoria Técnica e Ambiental do Batalhão.

## **13. Providências a serem Adotadas**

As providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato serão para a melhoria da disponibilidade hídrica: A redução de conflitos de uso da água; A percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante, do 3º BIS.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Os critérios de sustentabilidade devem ser considerados e os serviços constantes deste Processo deverão contemplar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

A equipe de planejamento da contratação declara esta contratação viável com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CARLOS ,

Oficial de Controle Ambiental



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
**3ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**  
(14º Regimento de Infantaria/1935)  
"REGIMENTO ARARIGBOIA"

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

|                                                  |                                 |
|--------------------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Órgão:</b> 3º Batalhão de Infantaria de Selva |                                 |
| <b>Sector Requiritante:</b> Seção Ambiental      |                                 |
| <b>Responsável pela Demanda:</b> 2º Junior       | <b>Moraes</b>                   |
|                                                  | <b>Matrícula:</b>               |
| <b>E-mail:</b> carlosjr3762@gmail.com            | <b>Telefone:</b> (97) 984598549 |

**1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.**

O presente processo licitatório tem como objetivo contratar empresa especializada para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS, visando obter a outorga do direito de uso de recursos hídricos no órgão ambiental. Os serviços têm por objetivo atender todos os procedimentos padrões solicitados pelo órgão ambiental para adequada utilização dos 4 poços existentes, conforme legislação vigente.

**2. Quantidade de serviço a ser contratada**

A quantidade estimada dos serviços a serem contratados baseou-se em um estudo realizado pelo Pelotão de Obras do 3º BIS tomando como base os poços e reservatórios de água existentes e seu atual estado de conservação.

**3. Previsão de data em que deve ser iniciada a execução dos serviços**

Até 30 dias após a assinatura da nota de empenho.

**4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização**

Barcelos-AM, 06 de dezembro de 2023.

|                                         |        |
|-----------------------------------------|--------|
| Carlos                                  |        |
| Oficial de Controle Ambiental do 3º BIS | 2º Ten |

**MAPA DE RISCOS** – Serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65296.007154/2023-02

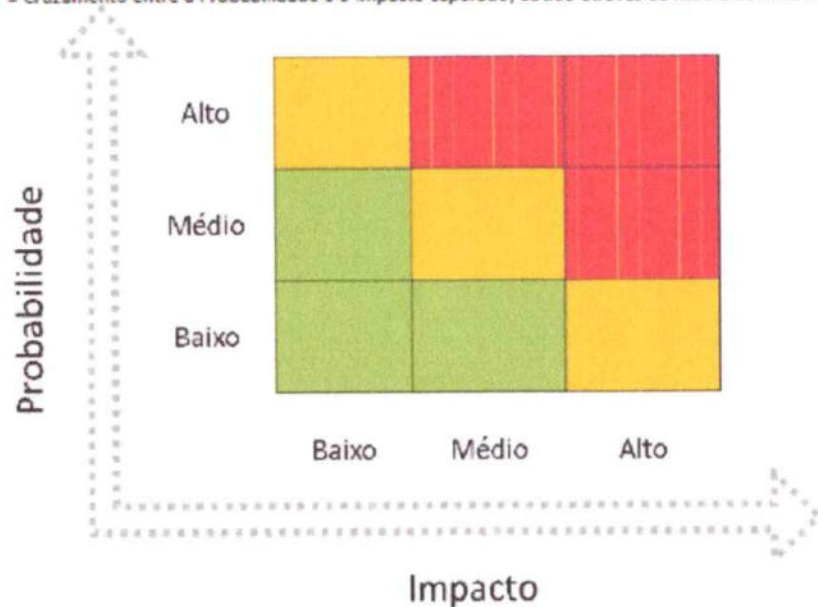
| RISCO | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO |                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | ANÁLISE DO RISCO |                 |                         | RESPOSTA AO RISCO                                                                                                                                                          |                                                                                           |                                              |
|-------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
|       | Fase                   | Descrição                                                                                                                                                 | Dano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Probabilidade    | Grau de Impacto | Nível de aceitação      | Ações preventivas                                                                                                                                                          | Ações contingenciais                                                                      | Responsável                                  |
| R01   | Planejamento           | Ausência da formalização do Documento de Formalização da Demanda (DFD) que origina a contratação                                                          | Início de processo para contratação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo                                                                                                                                                                                                                   | Baixa            | Alto            | Aceitação Intermediária | Elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD) pelo setor requisitante com a designação da equipe de planejamento antes de iniciar o planejamento da contratação | Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)                               | Equipe de Planejamento da Contratação / SALC |
| R02   | Planejamento           | Equipe responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade                      | Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos, com consequente indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos.                                                                                                                                               | Média            | Alto            | Inaceitável             | Capacitar os membros da Equipe de Planejamento da Contratação                                                                                                              | Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva | SALC                                         |
| R03   | Planejamento           | Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização) | Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.                                                                                                                                            | Média            | Alto            | Inaceitável             | No caso de contratações de maior risco, a equipe de planejamento executa as atividades de planejamento de forma mais exaustiva                                             | Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)                               | Equipe de Planejamento da Contratação / SALC |
| R04   | Planejamento           | Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares                                                                                               | Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos; ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação; ou levando a especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação | Baixa            | Alto            | Aceitação Intermediária | Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela equipe de planejamento                                                                                                        | Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)                               | Equipe de Planejamento da Contratação / SALC |
| R05   | Planejamento           | Mensuração incorreta de preços de materiais, equipamentos e insumos                                                                                       | Elevação de custos decorrente do incorreto levantamento dos preços mensurados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Média            | Alto            | Inaceitável             | A equipe de planejamento da contratação deve se basear nos preços constantes no Painel de Preços do Governo Federal, não suficiente, poderá basear-se em                   | Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)                               | Equipe de Planejamento da Contratação / SALC |

|     |                       |                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                           |       |       |                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                |                                              |
|-----|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
|     |                       |                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                           |       |       |                         | contratações similares de outros órgãos e entidades públicas, sítios eletrônicos especializados e cotação com fornecedores                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                |                                              |
| R06 | Planejamento          | Termo de referência (TR) incompleto ou inconsistente                                                               | TR cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou a contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual, com consequente desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos                      | Média | Alto  | Inaceitável             | Equipe de planejamento realiza levantamento das falhas verificadas nos contratos anteriores junto à gestão e fiscalização contratual; verifica todas as atividades necessárias ao bom desempenho e atendimento das necessidades da OM; bem como incluir no TR todos os direitos e deveres - tanto da contratante quanto da contratada - de forma clara e objetiva | Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)                                                                                                                    | Equipe de Planejamento da Contratação / SALC |
| R07 | Seleção do Fornecedor | Empresas sem qualificação técnica adequada para a prestação de serviços de terceirização participando da licitação | Contratação de empresas incapazes de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato                                              | Média | Alto  | Inaceitável             | O pregoeiro deve exigir dos participantes do processo licitatório as documentações e atestados exigidos em edital e, quando for o caso, realizar diligências para averiguação da veracidade dos documentos enviados                                                                                                                                               | A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro | Pregoeiro / SALC                             |
| R08 | Seleção do Fornecedor | Avaliação do mérito do recurso durante a fase de intenção de recursos                                              | Indeferimento de recurso em fase inapropriada e por agente público ilegítimo, com consequente retardo do fim do procedimento licitatório (ante a declaração de nulidade da decisão e necessidade de refazimento de todos os atos decorrentes do ato nulo) | Baixa | Alto  | Aceitação Intermediária | No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avalia somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação)                                                                                                                                                                                     | Pregoeiro deve rever os atos praticados, a fim de sanar os possíveis equívocos cometidos                                                                                       | Pregoeiro                                    |
| R09 | Gestão do Contrato    | Ausência de acompanhamento e fiscalização concomitante à execução do contrato                                      | Ocorrência de distorções na execução do serviço que somente serão detectadas posteriormente à ocorrência destes, prejudicando a qualidade da execução do serviço                                                                                          | Baixa | Médio | Aceitável               | Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos                                                                               | Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva      | Equipe de Planejamento da Contratação / SALC |
| R10 | Gestão do             | Falta de padronização na                                                                                           | Gestão e fiscalização deficiente,                                                                                                                                                                                                                         | Média | Baixo | Aceitável               | O Fisc Adm deve                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Gestão do contrato                                                                                                                                                             | Fiscal                                       |

|     |                    |                                                                                              |                                                                                                                                                                                                          |       |      |                         |                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                        |                                     |
|-----|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
|     | Contrato           | fiscalização contratual                                                                      | haja vista a multiplicidade de procedimentos utilizados pelos atores envolvidos em virtude da falta de padronização, como também a dificuldade de comunicação com a contratada gerada pelo mesmo motivo  |       |      |                         | padronizar os procedimentos de gestão e fiscalização contratual por meio documento interno que esteja alinhado às normas e melhores práticas na Administração Pública                                   | deve realizar reunião com todos os fiscais a fim de padronizar os procedimentos a serem executados pela fiscalização                   | Administrativo / Gestão do Contrato |
| R11 | Gestão do Contrato | Os gestores e fiscais dos contratos atuam sem nomeação formal                                | Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação formal | Baixa | Alto | Aceitação Intermediária | Autoridade competente nomeia previamente ao início da execução contratual os representantes da organização que atuarão na gestão e fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais      | Autoridade competente identifica os gestores e fiscais de contratos que estão atuando sem portaria e emite tal documento imediatamente | Fiscal Administrativo / SALC        |
| R12 | Gestão do Contrato | Ausência de recebimento provisório/definitivo do serviço, por parte da Administração Pública | O não recebimento de obra ou serviço, apesar de não excluir a responsabilidade civil do contratado (conforme art. 73, §2, da lei 8666/93), pode implicar em sua baixa qualidade                          | Baixa | Alto | Aceitação Intermediária | Seguir as orientações previstas no TR sobre as formas de recebimento provisório e definitivo em todo serviço realizado, devendo o recebimento definitivo ser realizado em um período máximo de 15 dias. | Gestor / fiscal do contrato identifica o serviço e procede, imediatamente, a vistoria para seu Recebimento definitivo                  | Gestor / Fiscal do Contrato         |

### Legendas

\* = Cruzamento entre a Probabilidade e o Impacto esperado, obtido através da Matriz de Riscos abaixo



| NÍVEL DE ACEITAÇÃO DE RISCO |                         |
|-----------------------------|-------------------------|
| Red                         | Inaceitável             |
| Yellow                      | Aceitação Intermediária |
| Green                       | Aceitável               |
|                             |                         |

Barcelos - AM, 06 de dezembro de 2023

CARLOS [Redacted] Ten  
Oficial de Controle Ambiental do 3º BIS

# SERVIÇOS PARA GESTÃO HÍDRICA

Data 23/11/2023



Proposta para os serviços de **Higienização e desinfecção de reservatórios, Fornecimentos de filtros completos, Dosadoras em Linha e Assessoria Técnica e Ambiental.**

## Proposta 9209/1

Com o intuito de executar o serviço proposto de forma plena, as seguintes responsabilidades devem ser exercidas:

### Responsabilidade da Contratada:

1. **Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** referente aos serviços executados, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA/PA);
2. **Emissão de Certificado de Saneamento;**
3. **Emissão de Relatórios Técnico referentes as higienizações e limpeza dos poços;**
4. Fornecimento de Técnicos Operacionais treinados e qualificados para execução de serviços em espaço confinado (NR 33), em altura (NR 35) e sistemas elétricos (NR 10);
5. Os serviços que serão executados estão descritos abaixo:

**1) Higienização e desinfecção de reservatórios de água**, que contemplará as seguintes ações: Limpeza e higienização dos reservatórios de água, por hidrojateamento ou escovação; Inspeção visual com registro fotográfico do interior dos reservatórios, para a constatação de possíveis desgastes ou infiltrações; Aplicação de solução desinfetante a base de hipoclorito de sódio nos reservatórios; Expedição de "ATESTADO DE SANEAMENTO", com validade de 06 (seis) meses, nos termos da Vigilância Sanitária, assinado por responsável técnico (Engenheiro Sanitarista ou Químico).

Locais para execução dos serviços:

- **Paioi:** 01 (uma) cisterna de 49.000 Litros e 01 (um) castelo de 62.000 Litros;
- **Batalhão:** 01 (uma) cisterna de 242.000 Litros e 01 (um) castelo de 72.000 Litros;
- **Vila Militar:** 03 (três) caixas de 10.000 Litros;
- **Oficial:** 01 (um) castelo de 72.000L e 01 (uma) cisterna de 242.000L.
- **Sub SGT:** 01 (um) castelo de 72.000L e 01 (uma) cisterna de 242.000L.

**2) Fornecimento de 05 (cinco) filtros completos de Carvão Ativado**, contemplando: 05 (cinco) cargaça, 05 (cinco) cartucho de Carvão Ativado e 05 (cinco) suporte, ambos os itens no tamanho 10/2".  
OBS: Instalação nos bebedouros industriais.

**3) Fornecimento e instalação de 04 (quatro) Dosadoras em Linha** para dosagem de produto sanitizante para o tratamento bacteriológico da água.  
OBS: Instalação na saída dos poços.

**4) serviço de Assessoria Técnica Ambiental** contemplará as seguintes ações:

- **Assessoria Técnica Ambiental**, para o serviço de: **Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos** de 04 (quatro) poços.

## **Outorga**

A Outorga é um dos instrumentos da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos por meio do qual o Poder Público autoriza o usuário, sob condições estabelecidas, a utilizar ou realizar interferências hidráulicas nos recursos hídricos necessários à sua atividade, garantindo o direito de acesso a esses recursos, dado que a água é um bem de domínio público.

## **Aspectos Legais**

A Outorga está disciplinada na Lei Federal no 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Ou seja, é um instrumento com amplo amparo legal e que dá ao outorgado plenas garantias de direito de acesso e de uso de recursos hídricos.

## **Importante Saber:**

- O outorgado poderá: Alterar a sua outorga, mediante solicitação; desistir de sua outorga, mediante comunicação.
- Sobre a vigência das outorgas: Outorga Preventiva: até 3 (três) anos; Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: até 35 (trinta e cinco) anos;
- A critério da SEMA/IPAAM, poderá ser solicitado do outorgado a implantação e a manutenção de equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e lançada.
- É proibido o lançamento de efluentes e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, em águas subterrâneas.

## **1. Outorga de Uso de Recursos Hídricos.**

Para a realização dos serviços, as seguintes competências devem ser exercidas:

### **Responsabilidade da Contratante:**

Fornecer todos os documentos necessários para a solicitação de Outorga de água subterrânea.

- CNPJ da empresa;
- Documentos do Representante Legal – CI e CPF;
- Endereço completo do responsável com: CEP, telefone, e-mail;
- Dados referentes ao poço, como: Diâmetro, tipo de material, profundidade, quantidade e localização dos filtros – se tiver;
- Dado do sistema de bombeamento: Tipo de bomba, modelo, potência e profundidade de instalação;
- Descritivo das atividades e dos processos com a quantificação do volume de água consumido;
- Cópia da Licença Ambiental, protocolo de solicitação ou de renovação;
- Procuração;
- Pagamento de taxas ambientais dos órgãos fiscalizadores – comprovante de acompanhamento do processo.

### **Responsabilidade da Contratada:**

Serão de nossa responsabilidade as seguintes ações.

- Preenchimento dos Requerimentos de Outorga - modelo IPAAM;
- Preenchimento dos Formulários de Outorga - modelo IPAAM;
- Relatórios técnicos de Outorgas - modelo IPAAM;
- Fotos da área e dos poços;
- Coordenadas geográficas do poço;
- Publicação da Outorga de uso de recurso hídrico no diário do Amazonas;
- **Elaboração dos Relatórios de avaliação do teste de vazão;**
- **Análises físico-químicas e bacteriológicas da água dos 04 (quatro) poços** - de acordo com os parâmetros estabelecidos no § 2º do Art. 23 da Resolução nº 01/2016 do CERH: *bicarbonato, cálcio, carbonatos, cloreto, condutividade elétrica, dureza total, fluoreto, fosfatos, magnésio, nitratos expresso em N, nitritos expresso em N, pH, potássio, sódio, sólidos totais dissolvidos, sulfatos, turbidez e temperatura.*
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Protocolização e acompanhamento junto aos órgãos ambientais competentes\*;
- Laudo técnico da Perfilagem ótica Geofísica de Poço (micro filmagem do poço) e Elaboração de Perfil Construtivo;
- **Teste de vazão com a determinação dos níveis estático e dinâmicos:** Um teste de bombeamento é uma

operação que consiste no bombeamento de um poço durante um intervalo de tempo satisfatório para o registro da evolução do rebaixamento em função do tempo. As variáveis envolvidas no bombeamento de um poço e que devem ser monitoradas são as seguintes:

\* Vazão de Bombeamento (Q) o Rebaixamento do Nível da Água dentro do Poço (s)

A vazão de bombeamento é o volume de água por unidade de tempo extraído do poço por um equipamento de bombeamento;

Rebaixamento do nível da água dentro do poço é a distância entre o nível estático (NE) e a profundidade em que o nível de água se estabilize no poço durante o bombeamento;

Nível estático (NE) é a distância da superfície do terreno ao nível da água dentro do poço antes de iniciar o bombeamento;

Nível dinâmico (ND) é a média das medidas de profundidade obtidas durante o teste de bombeamento;

A variável Tempo é o tempo decorrido a partir do início do bombeamento;

- **Limpeza química e mecânica de 04 (quatro) poços tubulares**, contemplando: remoção das tubulações e da bomba submersa, adição de produto químico alcalinizante e fosfatizante; recirculação do produto químico drenagem até que a água apresente aspecto limpo, com o uso de compressor de ar; adição de produto químico sanitizante e recirculação e drenagem até que água apresente aspecto limpo com a ausência de odor/sabor, com o uso de compressor de ar; e descida da bomba e tubulações; caso haja necessidade haverá a drenagem com a bomba do poço ao final do processo, até a água apresentar aspecto limpo e ausência de odor/sabor. Serviço este em conformidade a DECISÃO NORMATIVA Nº 059, DE 09 MAIO 1997 - CONFEA, com expedição de CERTIFICADO DE GARANTIA DE HIGIENIZAÇÃO (Atestado de Saneamento), com validade máxima de 12 (doze) meses; Emissão de ART (Anotação Responsabilidade Técnica) assinada por geólogo. **Atendendo a portaria número 374 de 1º de outubro de 2009 do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM)**, onde instrui que para manutenção de poços tubulares deve-se seguir o padrão do Manual de Operações e Manutenção de Poços DAEF, Capítulo IV, 3º Edição/ Dezembro de 2007/SP, esse manual estabelece que o **prazo ideal para manutenção de limpeza do poço** e revisão de quadro elétrico, bomba e fiação elétrica é de **12 meses**, e em conformidade aos aspectos legais da **Lei Federal nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997**.

As medições de profundidade serão feitas com um medidor de nível elétrico com um sensor que detecta o nível de água dentro do poço. Os resultados dos testes serão apresentados em um Relatório, após a conclusão dos serviços.

\*Não está incluso o pagamento das taxas exigidas pelos órgãos ambientais e estudos e/ou pedidos excedentes do que contempla essa proposta.

\*A entrada da documentação inicialmente levantada, não trará assertividade quanto à emissão de instrumento de Outorga, visto tratar-se de discricionariedade do Órgão Competente para avaliação e fiscalização das determinantes indicadas por ele.

**Responsabilidade da Contratante:**

1. Fornecer um extintor de incêndio ABC, um ponto de água e energia elétrica;
2. Arcar com serviços avulsos não contidos nesta proposta;
3. Promover obras civis, quando necessárias;
4. **Fornecimento de alojamento e refeições (café da manhã, almoço e janta) durante os dias em que a Equipe Técnica da contratada estiver no local.**

| Serviços |         |                                     |              |
|----------|---------|-------------------------------------|--------------|
| Qtde     | Unidade | Descrição                           |              |
|          |         |                                     |              |
|          |         | Valor unitário                      | Valor total  |
| 1        | UND     | Serviços para Gerenciamento Hídrico |              |
|          |         | R\$71.910,00                        | R\$71.910,00 |

Total: R\$71.910,00

Condições comerciais

**Forma de pagamento:** EMPENHO.

**\*Pagamento mediante a entrega do protocolo e relatório das Outorgas solicitadas.**

**Unidade:** Água Norte - 

**Dados Bancários:** 



**Notas**

---

- \* Caso faça-se necessário algum outro serviço/material que não esteja contemplado neste orçamento, a Água Norte enviará uma proposta orçamentária complementar para aprovação e execução do mesmo.
- \* Os valores referentes aos serviços, impostos e encargos sociais, estão com seus custos incluídos no valor da proposta.
- \* Prazo para execução do serviço: Até 15 dias após a aprovação do orçamento.
- \* Prazo para envio de documentações dos serviços (ART, Atestado de Saneamento e Relatório Técnico): Em até 07 dias, exceto para Laudos Laboratoriais, que será de até 15 dias.
- \* Informamos que os reservatórios devem estar vazios ou com níveis baixos, caso isso não aconteça, reagendaremos o serviço, pois evitaremos um grande desperdício de água potável. A não observação das condições acima citadas, acarretarão na cobrança de uma taxa administrativa pelo deslocamento da equipe técnica
- \* Validade do orçamento: 30 dias.

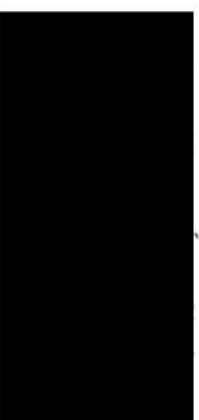
Atenciosamente,

**Autorizado**

**Luiz** 

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Ass:** \_\_\_\_\_





# Relatório de Pesquisa de Preço

Senhor Tenente VALÉRIO - 06/12/2023

| MEDIA     |  | MEDIANA   |  |
|-----------|--|-----------|--|
| 111250.00 |  | 111250.00 |  |

| UASG   | ITEM/PREGÃO                   | HOM.     | INVI     | FINVI    | TPO     | CAT   | DESCR                                         | DESCR COMP                                    | MARCA | UNID    | FAV            | UF | V. HOM.      |
|--------|-------------------------------|----------|----------|----------|---------|-------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-------|---------|----------------|----|--------------|
| 193002 | 00009<br>00026/2022<br>Edital | 31/01/23 | 17/02/23 | 17/02/24 | Serviço | 24899 | SERVIÇOS<br>CORRELATOS<br>APOÇOS<br>PROFUNDOS | SERVIÇOS<br>CORRELATOS<br>APOÇOS<br>PROFUNDOS |       | UNIDADE | 05604422000190 | BA | 107.600,0000 |
| 193002 | 00005<br>00026/2022<br>Edital | 31/01/23 | 17/02/23 | 17/02/24 | Serviço | 24899 | SERVIÇOS<br>CORRELATOS<br>APOÇOS<br>PROFUNDOS | SERVIÇOS<br>CORRELATOS<br>APOÇOS<br>PROFUNDOS |       | UNIDADE | 02287686000179 | PB | 114.900,0000 |





MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

(14º Regimento de Infantaria/ 1935)

MAPA COMPARATIVO DE PREÇO

Contratação de empresa especializada para serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS

| ITEM                 | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                     | UND | QTD | ÁGUA NORTE    | PAINEL DE PREÇOS 1 | PAINEL DE PREÇOS 2 | ÁGUA NORTE    | MENOR VALOR   | Vlr. Estimado |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|---------------|--------------------|--------------------|---------------|---------------|---------------|
| 1                    | Serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental para o 3º BIS | SV  | 1   | R\$ 71.910,00 | R\$ 107.600,00     | R\$ 114.900,00     | R\$ 71.910,00 | R\$ 71.910,00 | R\$ 71.910,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO |                                                                                                                                                               |     |     |               |                    |                    |               |               |               |
| R\$ 71.910,00        |                                                                                                                                                               |     |     |               |                    |                    |               |               |               |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(14º Regimento de Infantaria)  
REGIMENTO ARARIGBOIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 900022/2023  
(Processo Administrativo n.º 65296.007154/2023-02)

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Em atendimento às disposições do art. 150 da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que “Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa”, declaro que existem recursos orçamentários disponíveis para custeio da contratação constante deste Processo, que está estimada em R\$ 71.910,00 (setenta e um mil, novecentos e dez reais), na natureza de despesa 339000, PTRES 171460, Fonte 1000000000, Plano interno 13DAFUNPETA.

300063 1 171460 1000000000 339000 160073 13DAFUNPETA

Barcelos, AM, 06 de dezembro de 2023.

**RODRIGO**



– Ten Cel

Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
**3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**  
(14º Regimento de Infantaria / 1935)  
**REGIMENTO ARARICIBÓIA**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA**

**1. INTRODUÇÃO**

Aos doze dias do mês de janeiro de 2023, com base na Declaração de Situação Patrimonial, publicada em Boletim Administrativo nº 1, de 12 de janeiro de 2023, e examinando os aspectos documental e físico do imóvel cadastrado sob o nº AM 12-0102 – 12ª Região Militar (área do aquartelamento e Vila Militar), distribuído a esta OM, constatei o seguinte:

**a. Endereço, Limites, Áreas**

1) Endereço: Rua Frei Mathias de São Boa Ventura, s/nº, bairro Mariuá, Barcelos-AM, CEP 69.700.000.

2) Área do imóvel: 16.040,323,74 m²

3) Área ocupada pela OM: 186,475,206 m²

4) Limites: imóvel situado no Km 0,60 da estrada Barcelos-Santo Antônio, no município de Barcelos, Estado do Amazonas, de propriedade da União, que assim se descreve e confronta: O marco V1, de coordenadas planas 507.402,236 E/9.893.493,628 N (UTM), Datum SAD 69, MC 63º W Gr, localizado a 6 metros do eixo da estrada do lado esquerdo, é o início do muro de alvenaria da Vila Militar. Partindo do marco V1, segue pelo muro de alvenaria com azimute verdadeiro de 226º 56' 51", distando 85,42 metros, encontra-se o marco V2; partindo do marco V2, segue pelo muro de alvenaria com azimute verdadeiro de 218º 32' 40", distando 104,47 metros, encontra-se o marco V3; partindo do marco V3, segue por uma cerca de arame farpado com azimute verdadeiro de 214º 10' 01", distando 519,07 metros, encontra-se o marco V4; partindo do marco V4, segue por uma cerca de arame farpado azimute verdadeiro de 219º 07' 46", distando 173,94 metros, encontra-se o marco V5; partindo do marco V5, segue através selva por trilha materializada no terreno com azimute verdadeiro de 231º 13' 18", distando 8.038,33 metros, encontra-se o marco V6; partindo marco V6, segue através selva por trilha materializada no terreno, com azimute verdadeiro de 323º 26' 13", distando 1.824,48 metros, encontra-se o marco V7; partindo do marco V7, segue através selva por trilha materializada no terreno, com azimute verdadeiro de 51º 07' 58", distando 8.883,88 metros, encontra-se o marco V8; os alinhamentos compreendidos entre os marcos V1 e V8 confrontam-se com os terrenos pertencentes a Prefeitura Municipal de Barcelos. Partindo do marco V8, segue pela margem esquerda da estrada de Barcelos-Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 143º 58' 51", distando 123,22 metros, encontra-se o marco V9; partindo do marco V9, segue pela margem esquerda da Estrada Barcelos-Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 129º 13' 48", distando 270,60 metros, encontra-se o marco V10; partindo do marco V10, segue pela margem esquerda da Estrada Barcelos-Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 140º 55' 50", distando 40,99 metros, encontra-se o marco V11; partindo do marco V11, segue pela margem esquerda da Estrada Barcelos-Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 152º 05' 49", distando 119,81 metros, encontra-se o marco V12, partindo do marco V12, segue pela margem esquerda da Estrada Barcelos-Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 168º 30' 45", distando 65,68 metros, encontra-se o marco V13; os alinhamentos compreendidos entre os marcos V8 e V13 confrontam-se com a margem esquerda da Estrada Barcelos-Santo Antônio. Partindo do marco V13, segue pela mata sem limite

materializado no terreno, com azimute verdadeiro de 231° 19' 56", distando 152,40 metros, encontra-se o marco V14, partindo do marco V14, segue pela mata sem limite materializada no terreno, com azimute verdadeiro de 152° 48' 46", distando 771,88 metros, encontra-se o marco V15A; partindo-se do marco V15A, segue pela mata sem limite materializada no terreno, com azimute verdadeiro de 37° 44' 39", distando 159,14 metros, encontra-se o marco V16A; os alinhamentos compreendidos entre os marcos V13 e V16A confrontam-se com os terrenos de propriedade do Município de Barcelos. Partindo do marco V16A, segue pela margem esquerda da estrada Barcelos-Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 125° 58' 50", distando 186,97 metros, encontra-se o marco V17; partindo do marco V17, segue pela margem esquerda da estrada Barcelos- Santo Antônio, com azimute verdadeiro de 133° 49' 34", distando 124,70 metros, encontra-se o marco V1, início desta demarcação e confrontação, fechando um polígono de forma irregular com a área de 16.040.323,74m² (dezesseis milhões, quarenta mil, trezentos e vinte e três metros quadrados e setenta e quatro décimos quadrados).

#### **b. Documentação Básica:**

- 1) Título de Transferência (TT): Escritura Pública de Doação no Livro nº 16, Fls nº 22v à 24v, Termo 14, do Cartório de Registro de Imóveis de Barcelos-AM, de 3 de outubro de 2005.
- 2) Título de Propriedade (TP): Matrícula: 470 do Livro de Registro Geral nº 2-A-1-2, de 3 de outubro de 2005, do Cartório de Registro de Imóveis de Barcelos-AM, de 3 de outubro de 2005.
- 3) Termo de Entrega e Recebimento (TER): GRPU-AM: Livro nº 2, Fl nº 78v à 81v, de 13 de junho de 2007.

#### **c. Documentação Complementar:**

- 1) Planta do Imóvel:

- Data da edição: 01/11/2014

#### **2) Planta das Benfeitorias:**

- a) Corpo da Guarda: Mar/2006
- b) Rancho: Mar/2007
- c) Hotel de Trânsito Misto (HTM): Maio/2007
- d) 16 PNR Cap/Ten (2 quartos): Set/2007
- e) Pavilhão da CCAP: Mar/2008
- f) 10 PNR Cap/Ten (3 quartos): Jun/2008
- g) Pavilhão da 1ª Cia Fuz SI: Ago/2008
- h) Pavilhão de Comando: Ago/2008
- i) Pavilhão do Almoxarifado: Set/2008
- j) Pavilhão de oficina do PMT: Set/2008
- k) 1 PNR funcional (Cmt OM): Set/2008
- l) 1 PNR Nr 2-Of Supe (3 quartos): Set/2008
- m) Pavilhão de Serviços Gerais: Abr/2009
- n) Posto de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação: Maio/2009
- o) Pavilhão da Seção de Saúde: Maio/2009
- p) 2 PNR Of Supe (3 quartos): Abr/2010
- q) 3 Blocos de PNR para S Ten/Sgt: Jul/2011
- r) Pavilhão da Estação Rádio: Fev/2012
- s) Lixeira seletiva de resíduos: Fev/2012
- t) Lavanderia: Fev/2012
- u) Banda de Música: Fev/2012
- v) Pista de Treinamento em Circuito: Fev/2012
- w) 2 Paóis tipo CV1/2: Maio/2012
- x) Corpo da Guarda ao PaioI: Maio/2018
- y) Pórtico de entrada: Jul/2018

z) Estande de tiro: Ago/2018

a1) Pavilhão de Terceiros: Ago/2018

b1) Pavilhão da garagem: Nov/2018

c1) Quadra poliesportiva descoberta: Fev/2019

d1) Estacionamento de entrada: Mar/2019

e1) 6 PNR Cap/Ten (2 quartos): Jul/2019

f1) Caixa d'água e cisterna do estande de tiro: Nov/2019

3) Plano Diretor:

- Data da edição: 2014 (atualizado em 1º NOV 14)

4) Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obras (TEREO), data da entrega de cada obra:

a) 2009

(1) Rancho: 27/08/2009

(2) Pavilhão da CCAp: 27/08/2009

b) 20010

(1) 10 PNR Cap/Ten (3 quartos): 02/06/2010

(2) Posto de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação: 02/06/2010

c) 2011

(1) Pavilhão de Comando: 15/04/2011

(2) Pavilhão de oficina do PMT: 15/04/2011

d) 2013

(1) 1 PNR Nr 2-Of Supe (3 quartos): 27/06/2013

(2) Pavilhão de oficina do PMT: 15/04/2011

(3) Pavilhão do Almoxarifado: 30/09/2013

(4) Pavilhão de Serviços Gerais: 30/09/2013

(5) Corpo da Guarda: 30/09/2013

(6) 9 PNR Cap/Ten (2 quartos): 30/09/2013

(7) 2 caixas d'água e 2 cisternas: 30/09/2013

(8) Instalação da rede elétrica: 30/09/2013

(9) Pavilhão da 1ª Cia Fuz Sl: 30/09/2013

(10) Pavilhão da Seção de Saúde: 30/09/2013

e) 2015

(1) 1 PNR Nr 36-Of Supe (3 quartos): 02/06/2015

(2) 3 Blocos de PNR para S Ten/Sgt: 02/06/2015

(3) Vila Militar e HTM (pavimentação, poço artesiano e castelo d'água): 02/06/2015

(4) Posto Central de Abastecimento: 02/06/2015

f) 2016

(1) 1 PNR Nr 35-Of Supe (3 quartos): 01/12/2016

(2) Lavanderia: 01/12/2016

(3) Pavilhão da Estação Rádio: 01/12/2016

(4) 2 Paóis tipo CV1/2: 01/12/2016

(5) Banda de Música: 01/12/2016

(6) Lixeira seletiva de resíduos: 01/12/2016

(7) Pista de Treinamento em Circuito: 01/12/2016

(8) Pavimentação da OM: 01/12/2016

g) 2019

- (1) Pavilhão da garagem: 01/12/2016
- (2) Pavilhão de Comando: 10/02/2019
- (3) Corpo da Guarda ao Paiol: 10/02/2019
- (4) Pórtico de entrada: 10/02/2019

h) 2020

- (1) Caixa d'água e cisterna do estande de tiro: 20/02/2020
- (2) Quadra poliesportiva descoberta: 29/03/2021
- (3) Pavilhão de Terceiros: 29/03/2021
- (4) Estande de tiro: 29/03/2021
- (5) 6 PNR Cap/Ten (2 quartos): 29/03/2021

i) Não possui TEREÓ

- (1) 1 PNR funcional (Cmt OM)
- (2) 7 PNR Cap/Ten (2 quartos)
- (3) Área de lazer da Vila Militar

#### **d. Destinação:**

1) Uso em finalidade militar:

- O imóvel está destinado ao uso como Organização Militar e Vila Militar.

2) Uso em Finalidade Complementar:

- Não há nenhum tipo de contrato de receita vigente.

#### **e. Beneficiárias:**

1) Instalações Administrativas

Posto de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação (385,35 m<sup>2</sup>) - Construção: 27/01/2010  
Reservatório de água do Btl - Construção: 29/01/2010  
Reservatório de água da vila dos Of - Construção: 29/01/2010  
Reservatório de água da vila dos S Ten/Sgt - Construção: 29/01/2010  
Corpo da Guarda (423,77 m<sup>2</sup>) - Construção: 17/05/2010  
Pavilhão da CCAP (3.266,65 m<sup>2</sup>) - Construção: 17/05/2010  
Pavilhão de Serviços Gerais (234,06 m<sup>2</sup>) - Construção: 17/05/2010  
Hotel de Trânsito Misto (1.650,31 m<sup>2</sup>) - Construção: 17/05/2010  
Pavilhão do Almoxarifado (402,30 m<sup>2</sup>) - Construção: 17/05/2010  
Pavilhão do Rancho (1.748,63 m<sup>2</sup>) - Construção: 06/06/2010  
Pavilhão de Comando (1.428,26 m<sup>2</sup>) - Construção: 08/06/2010  
Pavilhão de oficina do PMT (18,10 m<sup>2</sup>) - Construção: 08/06/2010  
Pavilhão da Seção de Saúde (761,20 m<sup>2</sup>) - Construção: 27/06/2013  
Pavilhão da 1ª Cia Fuz SI (3.146,98 m<sup>2</sup>) - Construção: 27/06/2013  
Posto central de abastecimento (275,00 m<sup>2</sup>) - Construção: 02/06/2015  
Poço artesiano, diâmetro 154 mm, profundidade 59 m. Perfuração: 4 ABR a 25 MAIO 16  
Pavilhão da Estação Rádio (95,31 m<sup>2</sup>) - Construção: 01/12/2016  
Lixeira Seletiva de resíduos (177,00 m<sup>2</sup>) - Construção: 01/12/2016  
Lavanderia (92,67 m<sup>2</sup>) - Construção: 01/12/2016  
Pavilhão da Bande de Música (177,00 m<sup>2</sup>) - Construção: 01/12/2016  
1 Paiol para munições (66,50 m<sup>2</sup>) - Construção: 01/12/2016  
1 Paiol para munições (66,50 m<sup>2</sup>) - Construção: 01/12/2016  
Pavilhão da garagem (1.440,00 m<sup>2</sup>) - Construção: 10/12/2019  
Pórtico de entrada (150,00 m<sup>2</sup>) - Construção: 10/12/2019  
Corpo da Guarda ao paiol (127,68 m<sup>2</sup>) - Construção: 10/12/2019

Caixa d'água e cisterna do estande de tiro - Construção: 20/02/2020  
Estacionamento da entrada (620,16 m²) - Construção: 29/07/2020  
Pavilhão de terceiros (313,70 m²) - Construção: 08/08/2020  
Estande de tiro (1.046,78 m²) - Construção: 31/08/2020

**2) Instalações Esportivas**

Pista de Treinamento em Circuito (455,00 m²) - Construção: 01/12/2016  
Quadra poliesportiva descoberta (620,16 m²) - Construção: 15/07/2020

**3) Próprios Nacionais Residenciais**

1 PNR Of Supe (125,04 m²) - Construção: 03/12/2014  
1 PNR Of Supe (167,61 m²) - Construção: 27/06/2013  
1 PNR Of Supe (180,78 m²) - Construção: 01/12/2016  
1 PNR Of Supe (125,04 m²) - Construção: 27/01/2010  
10 PNR Cap/Ten (3 quartos) - Construção: 27/01/2010  
16 PNR Cap/Ten (2 quartos) - Construção: 16/05/2010  
3 Blocos PNR ST/Sgt (6.636,00 m²) - Construção: 03/12/2014  
6 PNR Cap/Ten (2 quartos) 698,88 m² - Construção: 30/10/2020

**4) Outras**

4 caixas d'água  
4 cisternas  
4 poços artesianos

5) Cercamento: muro de tijolos do marco V17 ao marco V1 e muro parcialmente rebocado do marco V1 ao marco V3, contabilizando aproximadamente 1100 (mil e cem) metros de alambrado com mourões de concreto enterrado 0,5 m em torno das Vilas de Oficiais e ST/Sgt.

**f. Serviços:**

- Não há.

**g. Processos:**

- 1) Administrativos: não há.
- 2) Judiciais: não há.

**h. Observações:**

Nada a declarar.

**2. DECLARAÇÃO:**

Após percorrer o imóvel, tendo encontrado tudo de acordo com a Declaração de Situação Patrimonial, lavro o presente Termo de Responsabilidade Administrativa, assumindo a responsabilidade pela preservação dos bens imóveis da União a mim confiados.

Declaro, ainda, que recebi do meu antecessor a documentação referente ao Plano Diretor da Organização Militar (PDOM), atualizado com data de 1º de novembro de 2014.

Quartel em Barcelos, 12 de janeiro de 2023.

**RODRIGO**

- **Ten Cel**

Comandante do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(14º Regimento de Infantaria/1935)  
REGIMENTO ARARIGBOIA

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 900024/2023  
(Processo Administrativo nº 65296.007154/2023-02)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL   |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| 1    | Serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental | 13137  | SV                | 1          | R\$ 71.910,00  | R\$ 71.910,00 |

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O cronograma de execução contratual oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLT/MPDG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

#### Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

## TERMO DE REFERÊNCIA –SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - CONTRATAÇÃO DIRETA

- 4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

### Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Vistoria

- 4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços poderá ser realizada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.
- 4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias após a assinatura do contrato;
  - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
  - 5.1.3. Os serviços abrangem o seguinte: Outorga dos 4 poços artesanais de posse do 3º BIS, higienização de cisternas e reservatórios, instalação de filtros nos bebedouros industriais e instalação de dosadoras em linha na saída dos poços.
  - 5.1.4. O processo de outorga inclui: Limpeza dos poços, coleta e análise laboratorial, perfilagem dos poços, assessoria técnica para a primeira outorga e emissão de anotação de responsabilidade técnica emitida por órgão responsável.
  - 5.1.5. Cronograma de realização dos serviços: A Contratada deverá se deslocar para a sede da Contratante, 3º Batalhão de Infantaria de Selva, localizado em Barcelos, AM, e iniciar os serviços em até 30 dias após a assinatura do contrato.

### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Frei Matias Boa Ventura, S/N, Mariuá, Barcelos-AM, cep 697000-00 (3º Batalhão de Infantaria de Selva) e Travessa Brigadeiro Sampaio, sem número, Mariuá, Barcelos-AM, cep 697000-00 (Vila Militar de Barcelos).
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 7:30 h as 17 h horário local.

### Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias para a perfeita execução dos serviços.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4 poços artesanais;
  - Paiol – 01 cisterna de 49000 litros e 01 castelo de 62000 litros;
  - Batalhão – 01 cisterna de 242000 litros e 01 castelo de 72000 litros;
  - Vila Militar – 03 caixas de 10000 litros;
  - Vila Militar, Oficiais – 01 castelo de 72000 litros e 01 cisterna de 242000 litros;
  - Vila Militar, Sub Tenentes e Sargentos – 01 castelo de 72000 litros e 01 cisterna de 242000 litros;

**Especificação da garantia do serviço**

- 5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- Preposto**
- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.18.1. O fiscal será formalmente designado pela Contratante e deverá acompanhar toda a vigência contratual, atestando se os serviços estão sendo executados conforme este Termo de Referência e efetuando o efetivo recebimento dos mesmos.

### **Gestor do Contrato**

- 6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Pagamento somente será realizado após execução dos serviços.

## Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público,, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IGP-M* de correção monetária.

#### Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## TERMO DE REFERÊNCIA –SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - CONTRATAÇÃO DIRETA

- 7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

### Crítérios de aceitabilidade de preços

8.1. Ressaltado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.



TERMO DE REFERÊNCIA –SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - CONTRATAÇÃO DIRETA

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 71.910,00 (setenta e um mil, novecentos e dez reais), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

300063 1 171460 1000000000 339000 160073 13DAFUNPETA

Barcelos-AM, 06 de dezembro de 2023

CARLOS

2º Ten

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente termo de referência para Contratação de serviço de higienização e desinfecção de reservatórios, fornecimentos de filtros completos, dosadoras em linha e assessoria técnica e ambiental

Barcelos-AM, 06 de dezembro de 2023

RODRIGO

Ordenador de Despesas

taíra de Selva



Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

|                         |                               |                                 |            |            |
|-------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------|------------|
| CNPJ:                   | [REDACTED]                    |                                 |            | AMBIENTAIS |
| Razão Social:           | [REDACTED]                    |                                 |            |            |
| Nome Fantasia:          | LIDA                          | AGUA NORTE                      |            |            |
| Situação do Fornecedor: | Credenciado                   | Data de Vencimento do Cadastro: | 19/07/2024 |            |
| Natureza Jurídica:      | SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA |                                 |            |            |
| MEI:                    | Não                           |                                 |            |            |
| Porte da Empresa:       | Empresa de Pequeno            |                                 |            |            |

Ocorrências e Impedimentos

|                                    |             |
|------------------------------------|-------------|
| Ocorrência:                        | Nada Consta |
| Impedimento de Licitar:            | Nada Consta |
| Ocorrências Impeditivas indiretas: | Nada Consta |
| Vínculo com "Serviço Público":     | Nada Consta |

Níveis cadastrados:

|                                                                                                                                                     |                                                                               |                |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------|------------|
| Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastromento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta. |                                                                               |                |            |
| Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.  |                                                                               |                |            |
| I - Credenciamento                                                                                                                                  |                                                                               |                |            |
| II - Habilitação Jurídica                                                                                                                           |                                                                               |                |            |
| III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal                                                                                                     |                                                                               |                |            |
| Receita Federal e PGFN                                                                                                                              |                                                                               | Sem Informação |            |
| FGTS                                                                                                                                                |                                                                               | Validade:      | 11/12/2023 |
| Trabalhista                                                                                                                                         | ( <a href="http://www.tst.jus.br/certdao">http://www.tst.jus.br/certdao</a> ) | Validade:      | 24/04/2024 |
| IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)                                                                          |                                                                               | Automática     |            |
| Receita Estadual/Distrital                                                                                                                          |                                                                               | Validade:      | 16/04/2024 |
| Receita Municipal                                                                                                                                   |                                                                               | Validade:      | 17/12/2023 |
| VI - Qualificação Econômico-Financeira                                                                                                              |                                                                               | Validade:      | 30/04/2024 |



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome:**  
**CNPJ:**



**DE AGUA E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensão nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 21/0/2014.  
Emitida às 09:32:15 do dia 27/09/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 25/03/2024.

Código de controle da certidão: **6FA9.51BA.5D3B.E94B**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 07/12/2023 11:47:32

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AGUA NORTE - TRATAMENTO DE AGUA E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**  
CNPJ: [REDACTED]

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**

Cadastro: **Licitantes Inidôneos**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**

Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

07/12/23 13:48

USUARIO: IRINEU

DATA EMISSAO : 06Dez23 VALORIZACAO : 06Dez23 NUMERO : 2023NC017367

UG EMITENTE : 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160137 / 00001 - 3º BIS

OBSERVACAO

ATD MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.

DOC DE REFERENCIA DIEX NR 2458-FISC ADM/EM/CMDO 3º BIS, DE 23 NOV 2023.

PRAZO EMPENHO IMEDIATO.

NUM. TRANSFERENCIA :

| EV.    | ESF | PTRES  | FONTE       | ND     | SB | UGR    | PI          | V A L O R |
|--------|-----|--------|-------------|--------|----|--------|-------------|-----------|
| 300063 | 1   | 171460 | 10000000000 | 339000 |    | 160073 | I3DAFUNPETA | 72.000,00 |

LANCADO POR : [REDACTED] UG : 160073 06Dez23 09:11

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

30/10/25 15:53

USUARIO: MARCO

DATA EMISSAO : 30Out25 VALORIZACAO : 30Out25 NUMERO : 2025NC020020  
UG EMITENTE : 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - GESTOR  
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL  
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160137 / 00001 - 3° BIS  
OBSERVACAO  
ATD RECURSO PARA PAGAMENTO DE JUROS/MULTAS DCTFWEB.  
DOC DE REF: MSG SIAFI 2025/3953838 DE 14/10/2025.  
PRAZO DE EMPENHO: IMEDIATO.

NUM. TRANSFERENCIA :

| EV.    | ESF | PTRES  | FONTE       | ND     | SB | UGR    | PI          | V A L O R |
|--------|-----|--------|-------------|--------|----|--------|-------------|-----------|
| 300063 | 1   | 171460 | 10000000000 | 339000 |    | 160073 | I3DAFUNPETA | 1.940,40  |

LANCADO POR : ██████████ - ██████████  
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

UG : 160073 30Out25 10:53